
A comunicação nas empresas e as práticas de violência organizacional contra pessoas com deficiência¹

Evelyn Carvalho Teixeira²

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão sobre o papel da comunicação empresarial na prevenção e no enfrentamento de práticas de violência organizacional contra pessoas com deficiência. Para tanto, recupera a tipologia de violência de Johan Galtung à luz das violências vivenciadas por pessoas com deficiência, apresenta conceitos de comunicação inclusiva para abordar essas manifestações de violência e articula a comunicação com a construção de uma cultura organizacional orientada à paz e à inclusão. O enfrentamento da violência contra grupos minorizados nas empresas requer uma transformação de ordem cultural, que pode ser realizada com o apoio estratégico da comunicação. Esse processo demandará capacidade de compreensão do cenário, de auto responsabilização e de interação empática – atributos com os quais a comunicação não violenta pode contribuir.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação empresarial; violência organizacional; pessoas com deficiência; cultura de paz; comunicação não violenta

TEXTO DO TRABALHO

Introdução

A violência perpassa a trajetória das pessoas com deficiência através da história do mundo. Desde a sua forma mais direta (como a execução sumária de crianças e pessoas com deficiência por povos antigos, bem como a convivência com as sequelas de conflitos e guerras) até sua expressão em maneiras mais sutis de discriminação e microagressões, a história das pessoas com deficiência no mundo e no Brasil é atravessada pela violência (SILVA, 1987 e FIGUEIRA, 2021).

O objetivo deste artigo é refletir sobre como a comunicação empresarial pode atuar frente a práticas de violência organizacional contra pessoas com deficiência. Para atingir esse objetivo, o texto retoma a tipificação de violência de Johan Galtung (2003)

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa Comunicação, Alteridade e Diversidade, XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP sob orientação da Profa. Dra. Maria Aparecida Ferrari; e-mail evelyn.carvalho@gmail.com

à luz das violências sofridas por pessoas com deficiência; em seguida, apresenta conceitos de comunicação inclusiva para endereçar essas expressões de violência e relaciona a comunicação não violenta com a construção de uma cultura organizacional voltada à paz e à inclusão.

O artigo está estruturado em quatro partes. A primeira apresenta os tipos de violência retratados por Galtung, aplicando-os à jornada das pessoas com deficiência na sociedade e no mercado de trabalho. A segunda traz um apanhado sobre conceitos e práticas pertinentes à comunicação inclusiva. A terceira analisa como os conceitos sobre comunicação inclusiva pesquisados podem ser aplicados para a inserção das pessoas com deficiência e a promoção de uma cultura de paz nas organizações. Na quarta, são apresentadas as considerações finais.

Galtung e os tipos de violência aplicados às pessoas com deficiência

Galtung (2003) apresenta uma tipologia com três tipos de violência: a direta, a estrutural e a cultural, que são caracterizadas por terem formas distintas de penetração no tempo, mas que se interrelacionam e se sustentam como vértices de um triângulo. Para o autor, a violência direta é um acontecimento, ocorrido no âmbito da eventualidade, com os agentes agressor e agredido facilmente identificados. Já a violência estrutural é um processo, que se desenrola em uma conjuntura. A violência cultural, por sua vez, se dá na constância e na permanência, com uma perspectiva de transformações lentas ocorridas na longa duração.

De acordo com o autor, a violência cultural se define como qualquer aspecto de uma cultura suscetível de ser utilizado para legitimar ou sustentar a violência direta ou estrutural (GALTUNG, 2003). Embora seja de difícil identificação e intervenção, a compreensão desses aspectos culturais e de suas dinâmicas de poder subjacentes é um caminho para a realização de mudanças profundas nas expressões de violências estruturais e diretas.

A violência – em suas expressões de repressão e legitimação de um modelo de corpo, comportamento e modo de pensar, esteve e está presente na jornada das pessoas com deficiência. Essa epopeia, em seus avanços e retrocessos, é abordada na historiografia brasileira por Silva (1987) e Figueira (2021). Desde as culturas

mesolíticas e neolíticas mais recentes, a violência direta coexistiu com uma atitude de aceitação, apoio e assimilação, como destaca Silva (1987, p.22):

Na abalizada opinião de antropólogos e mesmo de historiadores da medicina, pode-se observar basicamente dois tipos de atitudes para com pessoas doentes, idosas ou portadoras de deficiências: uma atitude de aceitação, tolerância, apoio e assimilação e uma outra, de eliminação, menosprezo ou destruição.

No primeiro caso, pontua o autor, as pessoas marginalizadas por doenças, acidentes, velhice ou deficiências físicas eram aceitas e, por vezes, chegavam a ter papel de destaque na comunidade. O segundo caso é marcado por destruição, abandono, banimento ou morte violenta ou por inanição. O motivo da eliminação era principalmente pela dificuldade que essas pessoas ofereciam na mobilidade do grupo – que em geral eram nômades – para regiões mais férteis e com maior oferta de caça e pesca. No caso dos grupos já estabilizados pela agricultura, a destruição dessas pessoas com limitações se dava principalmente pela dificuldade de sua inserção nas atividades produtivas (SILVA, 1987).

Outro exemplo emblemático trazido por Silva é o costume praticado em Esparta (cidade-estado da Grécia Antiga marcada pelo militarismo) de lançar crianças nascidas com deficiência em um precipício. Essa prática era levada a cabo por um conselho de anciãos que avaliava a saúde e as atribuições físicas de todos os recém-nascidos. O pressuposto era que aquela existência não era boa nem para a criança e nem para o coletivo, uma vez que não haveria condições de que aquela pessoa, quando adulta, viesse a lutar pela república. Aqui, vemos claramente como uma ideologia beligerante se expressa em uma prática violenta concreta.

A execução sumária de crianças e pessoas com deficiência também foi realizada em outros locais e momentos da história nos quais a aptidão para o embate com a natureza e outros grupos era visto como uma questão de sobrevivência, tais como na Roma Antiga (SILVA, 1987) e entre os povos originários da região que viria a ser o Brasil (FIGUEIRA, 2021). Apesar de estarem distantes no tempo, alguns ecos das práticas de supressão de corpos com deficiência tiveram ressonância em um passado bem mais recente. Por exemplo, como relata Garcia (2013), em meados do século XX, pessoas com deficiência foram submetidas a experiências científicas na Alemanha nazista de Hitler.

Para além da violência direta, a violência estrutural pode ser observada na das pessoas com deficiência. Ao longo da história, esse grupo não pôde contar com uma estrutura social de assistência, mas basicamente teve ajuda de indivíduos e, eventualmente, de grupos religiosos, cuja ação era marcada pelo assistencialismo e não pela inclusão. Mendicância, segregação e exploração do trabalho foram o tom da forma de lidar com as pessoas com deficiência nesse período (SILVA, 1987).

Com a revolução industrial e o avanço de tecnologias que concedia às pessoas com deficiência maior capacidade de inserção nas atividades cotidianas, essa relação se tornou mais pragmática, mas não eliminou de todo o seu caráter exploratório e excludente. Ao longo do século XIX, e por conta da intensificação de guerras e conflitos, houve no Brasil a necessidade de a sociedade lidar com as pessoas vindas com sequelas dos campos de batalha (FIGUEIRA 2021). Em um momento em que a atividade militar era valorizada, havia grande comoção em relação a esse grupo, e toda uma estrutura médica foi criada para acolher e tratar essas pessoas.

Figueira relata que esse viés de institucionalização da assistência às pessoas com deficiência se expandiu para a criação de hospitais e entidades que realizavam um trabalho médico e também pedagógico. O objetivo era treinar essas pessoas para atuarem em atividades de base na cadeia produtiva. Assim, a perspectiva era não de inclusão, mas de delimitação da atuação das pessoas com deficiência, de forma que suas condições não afetassem o funcionamento de uma sociedade voltada para a produtividade, o progresso e a ascensão da industrialização.

Ao longo da segunda metade do século XX, no bojo da revolução cultural e das lutas pelos direitos civis, houve a transição desse paradigma médico para o paradigma social da deficiência. O modelo social prevê uma abordagem relacional para a inserção desse grupo na sociedade e rompe com o paradigma médico quando afasta o foco da lesão e o coloca nas barreiras que, em interação com os impedimentos físicos, sensoriais ou cognitivos dos indivíduos, obstruem a sua participação na sociedade (DINIZ, 2012).

Quando, de acordo com o que preconiza o modelo social, falamos que as barreiras não estão no impedimento ou lesão da pessoa com deficiência, somos obrigados a olhar para os aspectos estruturais e relacionais que impedem que esse grupo tenha maior acesso a seus direitos legítimos e inalienáveis. São exemplos dessas barreiras estruturais: falta de acessibilidade física e digital nas organizações públicas e

privadas, mobilidade urbana reduzida e sistema educacional despreparado para receber e formar estudantes com deficiência (GARCIA, 2014).

Às manifestações de discriminação contra pessoas com deficiência chamamos de capacitismo. Segundo Victor Di Marco (2020, p. 18),

Capacitismo é a opressão e o preconceito contra pessoas que possuem algum tipo de deficiência, o tecido de conceitos que envolve todos que compõem o corpo social. Ele parte da premissa da capacidade, da sujeição dos corpos deficientes em razão dos sem deficiência. Acredita que a corporalidade tange à normalidade, a métrica, já o capacitismo não aceita um corpo que produza algo fora do momento ou que não produza o que creditam como valor. Ele nega a pluralidade de gestos e de não gestos, sufoca o desejo, mata a vontade e retira, assim, a autonomia dos sujeitos que são tidos como deficientes.

Para Galtung (2003), a ausência de atendimento às necessidades humanas básicas, especialmente quando deliberada e evitável, é uma expressão de violência. O autor define como as quatro classes de necessidades básicas as necessidades de sobrevivência, de bem-estar, de liberdade e de identidade. No âmbito das pessoas com deficiência, cada uma dessas classes de necessidades básicas é passível de ser foco de violência estrutural.

No modelo capitalista, há uma desigualdade da distribuição da riqueza agravada pelo fato de que os grupos de maior poder são precisamente os que têm maior influência nas políticas e práticas que podem modificar essa condição. Dessa maneira, forma-se um ciclo vicioso, no qual as pessoas de baixa renda são também aquelas que têm menos acesso a educação, saúde e poder – reforçando uma correlação que as mantém alijadas das instâncias de decisão (GALTUNG, 2018).

No caso da necessidade de sobrevivência, a falta de assistência à saúde e tratamento adequado às pessoas com deficiência economicamente mais vulneráveis pode levá-las à morte. A necessidade de bem-estar é colocada em xeque quando a pessoa vive em uma situação de marginalização social ou quando a sua abordagem terapêutica está presa nos tempos do paradigma médico, sem ter avançado para o modelo biopsicossocial – que, além da saúde física, endereça a saúde mental e as condições sociais do indivíduo.

A necessidade de liberdade tem a ver com a autonomia que o indivíduo pode e deve exercer. Autonomia muitas vezes conquistada por meio do trabalho digno e remunerado, e do acesso a recursos tecnológicos e assistivos.

Como violência sobre a necessidade de identidade, podemos identificar o isolamento social provocado pelo estigma em relação às pessoas com deficiência. Nesse aspecto, podemos traçar um diálogo entre Galtung (2018) e Goffman (1988), para quem os marcadores de estigma e definem socialmente, na relação entre o sujeito estigmatizado e os considerados “normais”, com base em parâmetros de aceitação e categorização pré-definidos. Para Goffman, a pessoa estigmatizada vive a tensão da manipulação de sua identidade e “se vê numa arena de argumentos e discussões detalhados referentes ao que ela deveria pensar de si mesma, ou seja, à identidade de seu eu” (1988, p. 135).

Outro autor com o qual podemos traçar um diálogo em relação à questão da violência contra a identidade é Honneth (2017), que aborda a luta pelo reconhecimento pelo viés da Teoria Crítica. O autor pontua como o desrespeito,:

(...) a particularidade nas formas de desrespeito, como as existentes na privação de direitos ou na exclusão social, não representa somente a limitação violenta da autonomia pessoal, mas também sua associação com o sentimento de não possuir o status de um parceiro da interação com igual valor, moralmente em pé de igualdade (...) (HONNETH, 2017, p. 216)

Na tipologia de Galtung (2003), a violência estrutural é a modalidade na qual é difícil quantificar os casos, identificar os agressores e atribuir responsabilidades. Esse modo de violência trafega na linha tênue entre a intenção e a não intenção. Ainda que não envolva necessariamente uma manifestação corporal ou psicológica de violência direta, a violência estrutural por vezes atua “abaixo do radar”, e levanta discussões éticas.

Aqui é importante considerar uma distinção clara entre o que é uma expressão de violência estrutural propositada, cometida com o objetivo de subjugar determinado grupo ou indivíduo em torno de um projeto de poder, status ou riqueza, de uma demonstração advinda da ignorância, perpetrada por quem não teve condições ou oportunidade de avaliar a sua condição de privilégio para se posicionar de uma forma diferente. Em uma cultura judaico-cristã, tendemos a ver a culpa de um aspecto metafísico, contudo, como pontua Galtung (2018, p. 46, tradução nossa):

A questão é antes se a violência é estruturada de tal forma que constitua um vínculo direto e pessoal entre um sujeito e um objeto, ou um vínculo estrutural indireto, e não como esse vínculo é percebido pelas

pessoas em cada extremidade do canal de violência. As consequências objetivas, e não as intenções subjetivas, são a principal preocupação.

Entre os exemplos de violência cultural trazidos por Galtung estão a religião, a linguagem, a arte, as ciências empíricas e formais e a cosmologia. A perspectiva religiosa sobre as pessoas com deficiência foi hegemônica desde a Idade Média até a ascensão do modelo médico, no contexto do positivismo do século XIX. Havia então uma percepção disseminada que a deficiência era um castigo divino, e que a pessoa nessa condição seria digna de pena e alvo de uma abordagem assistencialista. Conforme Silva (1987, p. 110), “Há fatos narrados por historiadores da Igreja que falam sobre deficiências físicas, relacionando-as com manifestações superiores, indicando por vezes castigo de Deus por faltas cometidas”.

Como para outros grupos minorizados, a linguagem é uma questão sensível, e a utilização de termos e expressões como forma de inferiorização ou opressão é uma forma de violência cultural. O tema será explorado mais adiante, no apanhado sobre comunicação inclusiva.

Na arte, um exemplo de ridicularização da pessoa com deficiência é o trazido por Silva (1987): no Império Asteca de Montezuma (1466 a 1520), havia um zoológico no qual eram expostas pessoas com deformidades, corcundas e albinos. Outros exemplos de violência cultural são retratados no apanhado feito por Courtine (2012) sobre a exibição de corpos desviantes - tais como gêmeos siameses e pessoas com nanismo e má-formação - no teatro e no cinema ao longo dos séculos XIX e XX. O autor pontua que a representação espetacularizada desses corpos serviu para atenuar as perturbações e reforçar a propagação de uma norma corporal que excluía os que nela não se encaixavam.

O exercício de tipificar os tipos de violência proposto por Galtung serve menos para sustentar uma crença na independência ou prevalência de uma forma sobre a outra do que para compreender sua dinâmica. “[...] as ciências da paz necessitam de uma tipologia da violência, como a patologia é um dos requisitos prévios dos estudos da medicina” (GALTUNG, 2003, p. 9, tradução nossa). Como conclui Galtung (2018), os tipos de violência podem ser vistos separadamente, mas estão conectados empírica e logicamente.

Da forma como se expressam em diferentes âmbitos das relações, podemos relacionar as categorias de violência de Galtung com o conceito de poder simbólico de Bourdieu (1989). Assim como os três vértices (violência direta, estrutural e cultural) que sustentam um triângulo em Galtung, o poder simbólico é, segundo Bourdieu, estruturado e estruturante, sendo designado por uma função social e política que promove o consenso e a legitimação da classe dominante por meio de instrumentos de conhecimento e de informação.

Para Bourdieu (1989, p. 11):

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados”.

Nesse sentido, a conquista e o respeito a direitos que normatizam a vida social passam por aspectos concretos da estrutura institucional e jurídica vigente, mas também por um embate simbólico que compõe um cenário cultural e comunicacional mais amplo.

Comunicação inclusiva: conceitos e práticas

Adorno e Horkheimer já afirmavam que “as armas, as máquinas e, por fim, a linguagem são os instrumentos que legitimam a dominação” (1985, p. 48 apud CABRAL; GONÇALVES; SALHANI, 2018, p. 253). Dentro da concepção marxista, as armas representam a força repressiva do Estado e, as máquinas, a opressão provocada pelos donos dos meios produtivos sobre aqueles que vendem a sua força de trabalho. A linguagem é, conforme Cabral, Gonçalves e Salhani (2018, p. 253), “o mecanismo mais sutil, porém é o que vai legitimar o sistema de controle social e o produtivo mediante os próprios discursos sociais e produtos da cultura.”

Como pontuam Guimarães e Squirra, para a Teoria Crítica de origem marxista, os meios de comunicação podem ser utilizados como instrumentos de violência simbólica e de perpetuação do poder das classes dominantes, sendo as organizações um “local de dominação, no qual os interesses do grupo dominante (tipicamente os

proprietários e os executivos) são colocados acima dos interesses dos grupos subordinados (tipicamente os funcionários)” (2007, p. 48).

Assim como Galtung (2003) tipificou a violência para nos apoiar na construção de uma cultura de paz, compreender os aspectos da violência cultural expressos pela linguagem nos permite definir também os seus antídotos: os elementos que irão embasar o fortalecimento de uma linguagem inclusiva.

No ambiente organizacional, já proliferam guias e normas de linguagem inclusiva que, de forma didática, pretendem disseminar conceitos básicos ao mesmo tempo em que explicitam a conduta adequada esperada de seus profissionais (ABERJE, 2020). Porém, esses artefatos, por si só, não garantem que a cultura inclusiva seja disseminada na empresa. É preciso intencionalidade para compreender como, por meio da linguagem, se reproduzem preconceitos e hostilidades incutidos em nossos padrões de pensamento (FISCHER, 2020).

A comunicação inclusiva demanda maior atenção a como a mensagem chega no interlocutor. O paradigma funcionalista de Laswell (GUIMARÃES; SQUIRRA, 2007) já não responde mais à ambiguidade do contexto atual. Não cabe à organização uma postura de comando e controle sobre o que diz o que, em que canal, a quem e com qual intenção. Com a proliferação de canais e do acesso a diferentes discursos, é de se esperar que os indivíduos tenham um repertório particular que conjugue diferentes referências (políticas, ideológicas, sociais, religiosas, etc.), entre as quais a organização é apenas um desses elementos.

A comunicação organizacional opera no campo da polissemia, no qual o que é dito pode ser compreendido de diferentes maneiras por cada indivíduo. O uso de novas palavras ou construções pode gerar dissonância cognitiva e reduzir ou mudar o sentido da mensagem que está sendo transmitida. A definição de normas contribui para a padronização de condutas, mas pode ser contraproducente quando imposta sem a compreensão de que é preciso endereçar a diversidade intrínseca daquele campo organizacional.

Nesse sentido, a comunicação não violenta (CNV) é uma ferramenta que pode ser grande valia nesse processo. Os preceitos da CNV são a observação sem julgamentos moralizadores, a consideração dos sentimentos e das necessidades e a elaboração disso em um pedido (ROSENBERG, 2006). No contexto da CNV, a

violência é a expressão de uma necessidade não atendida e, à medida em que somos capazes de expressar nossas demandas de forma clara por meio de avaliações, interpretações e imagens, nos aproximamos do outro por meio do afeto. Rosenberg (2006) pontua que esse é um processo que demanda agência, compaixão e empatia tanto no momento de expressar suas próprias necessidades quanto no momento de receber e processar as necessidades de outras pessoas. Esses atributos da CNV a colocam como uma ferramenta importante rumo a uma comunicação mais inclusiva em relação às pessoas com deficiência.

Como toda mudança, o movimento por uma comunicação inclusiva não virá sem esforço ou estranheza. Exigirá que sejam feitas adaptações e colocará o indivíduo como agente do processo comunicacional, não apenas utilizando a comunicação de modo instrumental, mas com consciência sobre a sua capacidade de manejar a linguagem, e, por meio desse manejo, forjar uma cultura inclusiva.

A comunicação organizacional como instrumento de inclusão

Conforme retoma Cabral, Gonçalves e Salhani (2018), “todos nós nascemos, vivemos e morremos em organizações” (ETZIONI, 1980 apud CABRAL; GONÇALVES; SALHANI, 2018, p. 249). É por meio das organizações que obtemos nossa formação, nossa assistência, nosso sustento e até mesmo o nosso lazer. Vislumbrar isso é importante para que possamos compreender como as instituições com as quais lidamos ao longo da vida representam diferentes valores e influenciam a construção de um valor cultural mais amplo, compartilhado por todos na sociedade.

Com o aporte da Teoria Crítica, compreendemos que “os meios de comunicação podem ser utilizados como instrumentos de violência simbólica e de perpetuação do poder das ‘classes dominantes’” (GUIMARÃES; SQUIRRA, 2007, p. 48). A partir da constatação de como as práticas comunicativas interpessoais, grupais ou organizacionais promovem o desequilíbrio de poder dentro das empresas, habilitamos a possibilidade de utilizar os recursos organizacionais para reverter essa condição em torno de uma estratégia de comunicação inclusiva e não violenta.

Essa perspectiva vai de encontro ao que preconiza Butler (2021), para quem a não violência não deve ser apreendida de um lugar de passividade, mas como um

compromisso permanente com ações que venham a combater a violência e promover a liberdade e a igualdade. Nessa abordagem, a luta por meio da não violência proposta por Butler considera especialmente aqueles que estão mais expostos aos efeitos das desigualdades e de seus efeitos, como forma de afirmar os seus direitos - a começar pelo direito à própria existência:

(...) aquilo que admitimos como certo sobre a natureza dos indivíduos e dos grupos, ou mesmo as ideias de humanidade que evocamos em tais discussões - muito frequentemente suposições demográficas, inclusive phantasias sobre quem conta como ser humano -, condiciona nossas visões sobre quais vidas merecerem ser preservadas e quais não, bem como o que define e limita as ideias vigentes de humanidade. (BUTLER, 2021, p.89-90)

A comunicação organizacional tem um papel crítico na construção de uma cultura corporativa mais inclusiva e não violenta em suas práticas interpessoais e estruturais. Quando as organizações se utilizam da função de comunicação apenas para exercer o seu papel de “colonizadoras corporativas” (DEETZ, 1982 apud CABRAL; GONÇALVES; SALHANI, 2018, p. 249), deixa de lado a possibilidade de trazer para si a ebulição cultural que há no mundo e de se posicionar como um vetor da mudança para uma sociedade mais inclusiva.

Em relação às pessoas com deficiência, esse processo envolve a incorporação desse grupo na definição e na condução das práticas comunicacionais, de forma que as demandas temáticas, de abordagem e de acessibilidade sejam contempladas de forma orgânica e em sua origem. Esse movimento contribui para que o eixo das relações de poder simbólico se altere, uma vez que as práticas de comunicação não estarão pautadas por pessoas sem deficiência com base em suposições sobre as necessidades das pessoas com deficiência, mas serão definidas sobre as suas reais demandas em termos de forma e conteúdo.

Considerações finais

Vivemos um momento de transformações e incertezas na dinâmica social, colocadas pela pressão por maior diversidade, equidade e inclusão em diversos âmbitos. No contexto organizacional, endereçar a questão da violência contra grupos

minorizados passa por uma transformação de ordem cultural, a ser realizada com o importante apoio da comunicação.

Esse processo demandará capacidade de entendimento do cenário, de auto responsabilização e de interação empática – atributos que a comunicação não violenta pode aportar. Haverá erros e constrangimentos no caminho, que fazem parte do processo de aprendizagem contínua que um tema como a diversidade demanda. O que não podemos é nos furtar a lidar com essa questão, como se não fosse algo pertinente à sociedade – e às organizações incluídas.

As organizações são espaços de construção simbólica de poder; são ao mesmo tempo estruturadas e estruturantes de uma cultura mais ampla que pode fomentar práticas de paz ou de violência contra pessoas com deficiência. Sua responsabilidade nesse sentido passa por práticas comunicacionais inclusivas, que visem compreender e lidar com a diversidade do mundo não como um problema, mas como uma característica da natureza humana a ser endereçada de forma natural e com a participação de todos.

Quando apenas se preocupam em cumprir normas externas e não discutem em profundidade o impacto da falta de diversidade em suas práticas, as organizações perdem a chance de ir além e acompanhar as transformações que já forjam um mundo mais disposto a colocar questões difíceis em pauta, como a discriminação contra grupos minorizados. Assim, a opção pela inclusão em suas mais diversas vertentes (na gestão de pessoas, na definição de processos e nas práticas de comunicação) torna-se uma escolha estratégica, que se desdobrará em esforços de execução dentro das mais variadas camadas de sua estrutura.

No caso das pessoas com deficiência, a maior violência que pode ser praticada contra esse grupo é a condescendência. Presumir que um impedimento de ordem física, sensorial, mental ou intelectual seja uma limitação para a realização de atividades profissionais e alijar esse grupo de oportunidades de desenvolvimento de carreira é uma forma de exercício de poder organizacional sobre um grupo vulnerável. Contra isso, os comunicadores devem estar atentos às suas práticas conscientes e inconscientes que perpetuem essa lógica de exclusão.

REFERÊNCIAS

ABERJE. **Fontes sobre Diversidade & Inclusão**. In: Portal Aberje, 2020. Disponível em <https://www.aberje.com.br/wp-content/uploads/2021/associados/ListaDiversidade.pdf>. Acessado em 11/08/2023.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BUTLER, Judith. **A Força da Não Violência**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CABRAL, Raquel, GONÇALVES, Gisela e SALHANI, Jorge. **Violência organizacional: reflexões a partir da perspectiva dos estudos para a paz**. In: Revista Organicom, v. 15, n. 28. São Paulo: ECA-USP/Gestcorp, 2018.

COURTINE, Jean-Jacques. **O corpo anormal – História e antropologia culturais da deformidade**. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges. História do Corpo: da Renascença às Luzes. Volume 3. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

DINIZ, Debora. **O Que é Deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2012.

FIGUEIRA, Emílio. **As Pessoas com Deficiência na História do Brasil: Uma Trajetória de Silêncio e Gritos!** Rio de Janeiro: Wak, 2021.

FISCHER, André. **Manual Prático de Linguagem Inclusiva**. São Paulo: Tecidas Consultoria 360, 2020.

GALTUNG Johan. **Violencia cultural**. Biscaia: Fundación Gernika Gogoratz, 2003.

GALTUNG Johan. **Violence, peace and peace research**. In: Revista Organicom, v. 15, n. 28. São Paulo: ECA-USP/Gestcorp, 2018.

GARCIA, Vinicius Gaspar. **As pessoas com deficiência na história do mundo**. In: Portal Deficiente Ciente, 2013. Disponível em <https://www.deficienteciente.com.br/as-pessoas-com-deficiencia-na-historia-do-mundo.html>. Acessado em 15/08/2023.

GARCIA, Vinicius Gaspar. **Panorama da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil**. In: Trabalho, Educação e Saúde, v. 12, n. 1. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

GUIMARÃES, André Sathler e SQUIRRA, Sebastião Carlos de Moraes. **Comunicação organizacional e o processo comunicacional: uma perspectiva dialógica**. In: Revista Famecos, n. 33. Porto Alegre: PUCRS, 2007.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Editora 34, 2017.

MARCO, Victor Di. **Capacitismo: O Mito da Capacidade**. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

ROSENBERG, Marshall. **Comunicação Não Violenta**. São Paulo: Ágora, 2006.

SILVA, Otto Marques Silva. **A Epopeia Ignorada: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo: CEDAS, 1987.